

Análise Econômica

FATOS ESTILIZADOS E CORRELAÇÃO NO SETOR
BANCÁRIO BRASILEIRO

IGOR ALEXANDRE C. DE MORAES

POLÍTICA MONETÁRIA, EXPECTATIVAS E DERIVATIVOS: UMA
ANÁLISE DO BRASIL PERÍODO 1995-98

ROGÉRIO SOBREIRA

O FEDERAL RESERVE EM DOIS MOMENTOS DISTINTOS:
ATUAÇÃO NA GRANDE DEPRESSÃO E NO FINAL DOS ANOS
1990

ROBSON RODRIGUES PEREIRA

BASILÉIA 2 E ECONOMIAS EMERGENTES: UMA ABORDAGEM
MÉDIA-VARIÂNCIA

OTAVIANO CANUTO E ANTÔNIO JOSÉ MEIRELLES

VULNERABILIDADES EXTERNAS E INTERNAS DAS ECONOMIAS
EMERGENTES E PADRÃO DE CONTÁGIO. A EXPERIÊNCIA DA
DÉCADA DE 90

MILTON PEREIRA DE ASSIS

ENDIVIDAMENTO PÚBLICO E IMPACTO SOBRE FLUXOS DE
CAPITAIS, RISCO-PAÍS DIFERENCIAL DE JUROS NO BRASIL
(1995-2002): MODELO VAR E TESTES DE CAUSALIDADE

FLÁVIO VILELA VIEIRA

METAS SOCIAIS DE PROGRAMAS DE MICROCRÉDITO
FINANCEIRAMENTE VIÁVEIS

FERNANDO BATISTA PEREIRA E MARCO CROCCO

ESTRUTURA PRODUTIVA E PERFORMANCE ECONÔMICA DAS
ECONOMIAS ESTADUAIS BRASILEIRAS NA DÉCADA DE NOVENTA

ADELAR FOCHÉZATTO

HISTÓRIA ECONÔMICA Y TEORÍA ECONÔMICA: ENCUENTROS Y
DESENCUENTROS

GABRIEL PORCILE

EM BUSCA DA NOÇÃO EVOLUCIONÁRIA (NEO-
SHUMPETERIANA) DO AUTO-INTERESSE DOS AGENTES: UMA
CONTRIBUIÇÃO A PARTIR DA LITERATURA SOBRE COOPERAÇÃO
INTERFIRMAS

ROBSON ANTONIO GRASSI

PRINCÍPIOS E APLICAÇÕES DE REGRESSÃO LOCAL

ADALMIR MARQUETTI E LÓRI VIALI

GLOBALIZAÇÃO, CRESCIMENTO E POBREZA. A VISÃO DO
BANCO MUNDIAL SOBRE OS EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO
NALI DE JESUS DE SOUZA

ANO **22**

Nº **42**

SETEMBRO, 2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. José Carlos Ferraz Hennemann

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Diretor: Prof Paulo Schmidt

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS

Diretor: Prof. Lovois de Andrade

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Chefe: Prof. Ricardo Dathein

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

Coordenador: Prof. Eduardo Pontual Ribeiro

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

Coordenador: Prof. Paulo Waquil

CONSELHO EDITORIAL:

André M. Cunha (UFRGS), Carlos G. A. Mielitz Netto (UFRGS), Carlos H. Horn (UFRGS), Eduardo A. Maldonado Filho (UFRGS), Eduardo P. Ribeiro (UFRGS), Eleutério F. S. Prado (USP), Eugênio Lagemann (UFRGS), Fernando Cardim de Carvalho (UFRJ), Fernando Ferrari Filho (UFRGS), Fernando de Holanda Barbosa (FGV/RJ), Flávio Vasconcellos Comim (UFRGS), Flávio A. Ziegelman (UFRGS), Gentil Corazza (UFRGS), Giacomo Balbinotto Netto (UFRGS), Gilberto de O. Kloeckner (UFRGS), Gustavo Franco (PUC/RJ), Hélio Henkin (UFRGS), Jairo L. Procionoy (UFRGS), Jan A. Kregel (UNCTAD), João Rogério Sanson (UFSC), Joaquim Pinto de Andrade (UnB), Jorge Paulo Araújo (UFRGS), José R. Iglesias (UFRGS), Júlio C. Oliveira (UFRGS), Luis P. Noguéról (UFGS), Luiz E. Faria (UFRGS), Marcelo S. Portugal (UFRGS), Maria Alice Lahorgue (UFRGS), Octávio A. C. Conceição (UFRGS), Orlando Martinelli (UFRGS), Paul Davidson (University of Tennessee), Paulo D. Waquil (UFRGS), Paulo Schmidt (UFRGS), Pedro C. D. Fonseca (UFRGS), Philip Arestis (University of Cambridge), Ricardo Dathein (UFRGS), Roberto C. de Moraes (UFRGS), Ronald Otto Hillbrecht (UFRGS), Sérgio M. M. Monteiro (UFRGS), Sabino da Silva Porto Jr. (UFRGS), Stefano Florissi (UFRGS) e Werner Baer (University of Illinois at Urbana-Champaign).

COMISSÃO EDITORIAL:

Eduardo Augusto Maldonado Filho, Fernando Ferrari Filho, Gentil Corazza, Marcelo Savino Portugal, Paulo Dabdab Waquil e Roberto Camps Moraes.

EDITOR: Prof. Fernando Ferrari Filho

EDITOR ADJUNTO: Prof. Gentil Corazza

SECRETÁRIO: Paulo Roberto Eckert

REVISÃO DE TEXTOS: Vanete Ricacheski

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: NÚCLEO DE CRIAÇÃO E EDITORAÇÃO GRÁFICA UFRGS: LEONARDO PONSO

FUNDADOR: Prof. Antônio Carlos Santos Rosa

Os materiais publicados na revista *Análise Econômica* são da exclusiva responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução total ou parcial dos trabalhos, desde que seja citada a fonte. Aceita-se permuta com revistas congêneres. Aceitam-se, também, livros para divulgação, elaboração de resenhas e resenhas. Toda correspondência, material para publicação (vide normas na terceira capa), assinaturas e permutas devem ser dirigidos ao seguinte destinatário:

PROF. FERNANDO FERRARI FILHO

Revista *Análise Econômica* - Av. João Pessoa, 52

CEP 90040-000 PORTO ALEGRE - RS, BRASIL

Telefones: (051) 316-3513 – Fax: (051) 316-3990

E-mail: rae@ufrgs.br

Análise Econômica

Ano 22, nº 42, março, 2004 - Porto Alegre

Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, 2004

Periodicidade semestral, março e setembro.

Tiragem: 500 exemplares

1. Teoria Econômica - Desenvolvimento Regional -

Economia Agrícola - Pesquisa Teórica e Aplicada -

Periódicos. I. Brasil.

Faculdade de Ciências Econômicas,

Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CDD 330.05

CDU 33 (81) (05)

RESENHA DE LIVRO

Globalização, crescimento e pobreza. A visão do banco mundial sobre os efeitos da globalização

(Autor. Banco Mundial. São Paulo, Editora Futura, 2003)

Nali de Jesus de Souza¹

Esse livro, supervisionado por Nicholas Stern, Vice-presidente sênior e economista chefe do Banco Mundial, resultou de pesquisas efetuadas por técnicos dessa instituição. O objetivo desses estudos foi avaliar os impactos da globalização da economia mundial, nos últimos 20 anos, sobre o crescimento e a pobreza em nível mundial, com foco principal nas economias em desenvolvimento. A globalização apresenta vários aspectos e repercussões distintas. A queda das duas Torres Gêmeas de Nova Iorque, em 11 de setembro de 2001, foi um de seus aspectos. A redução da pobreza no mundo, o desenvolvimento das comunicações, dos meios de transporte e o surgimento da Internet constituem outros de seus aspectos. A pergunta básica do livro foi a seguinte: a globalização realmente reduz a pobreza? Em caso afirmativo, qual o meio mais eficaz para acelerar esse processo?

O livro enumera três conclusões principais: a) *ganhadores*: países em desenvolvimento, envolvendo cerca de três bilhões de pessoas, passaram a exportar predominantemente produtos manufaturados e serviços, o que reduziu a pobreza; b) *perdedores*: outros países pobres, cerca de dois bilhões de pessoas, correm o risco de se tornarem marginais em relação à economia mundial, com menor participação no mercado internacional, redução de renda e aumento da pobreza; c) *descaracterização cultural* (padronização ou homogeneização): receio de que haja predomínio da cultura norte-americana no mundo, ou seja, que as diversidades culturais de países como China, Índia e México não sejam respeitadas. Desse modo, os acordos internacionais precisariam levar em consideração esse aspecto, bem como as dificuldades de inserção global de dois bilhões de pessoas.

¹ Professor do Curso de Mestrado em Economia do Desenvolvimento da PUCRS. Doutor em Economia pela USP. Email: nsouza@pucrs.br.

O livro se divide em cinco capítulos. O primeiro capítulo trata da nova onda da globalização e seus efeitos econômicos. Embora a globalização da economia mundial tenha se acelerado a partir de 1980, ela não é um fenômeno novo; a primeira onda de globalização moderna ocorreu entre 1870 e 1914, com o aumento do fluxo internacional de capitais e mão-de-obra. A renda *per capita* mundial aumentou, com convergência entre os países globalizados, aumento da pobreza entre os excluídos e distanciamento destes em relação aos países desenvolvidos. O livro afirma que a situação piorou entre as duas guerras mundiais com o protecionismo generalizando-se no estilo “empobreça o seu vizinho”: em 1940, a renda *per capita* mundial havia caído 1/3, com aumento da pobreza.

A segunda onda de globalização teria ocorrido entre 1950 e 1980, envolvendo a integração comercial dos países ricos (Europa, Estados Unidos, Canadá e Japão). Nesse período, os países exportadores de produtos primários teriam ficado isolados dos fluxos internacionais de capitais. Os países ricos obtiveram elevadas taxas de crescimento do produto e convergência da renda entre eles. No resto do mundo o número de pobres continuou a crescer, com pouca melhoria na distribuição de renda internamente e entre os países subdesenvolvidos.

A terceira onda de globalização, iniciada em 1980, foi estimulada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte, pela invenção da Internet, bem como pela disposição dos diferentes países de reduzirem tarifas e de se abrirem ao comércio e aos investimentos internacionais. Pela primeira vez, países de renda baixa e média, envolvendo três bilhões de pessoas, conseguiram inserir sua abundante mão-de-obra no mercado global de manufaturados e serviços. Assim, as exportações industriais dos países em desenvolvimento passaram de 25% do total, em 1980, para cerca de 80% em 1998. Os países de maior participação no comércio e investimentos globais são China, Índia, México, Brasil e Hungria.

Os países que não conseguiram a inserção no processo de globalização estão crescendo menos e isso envolve cerca de dois bilhões de pessoas. Nos anos de 1990, eles acumularam um crescimento negativo de mais de 1%, contra um crescimento de 2,1% para os países ricos e cerca de 5% para as economias em desenvolvimento mais globalizadas. Nestes últimos países, o número de pobres está se reduzindo substancialmente, principalmente na

China (o número de pobres nas áreas rurais caiu de 250 milhões em 1978, para 34 milhões em 1999), Índia, Uganda e Vietnã. Da mesma forma, o trabalho infantil diminuiu, e a matrícula nas escolas aumentou. O Banco Mundial estima que a pobreza nos países não globalizados tenha se reduzido em 200 milhões desde 1980, porém esse número representa uma parcela bem menor daquela referente aos países globalizados.

O segundo capítulo aborda o aprimoramento da arquitetura internacional da integração: política comercial, fluxo de capitais em direção dos países em desenvolvimento e políticas migratórias. Muitos países em desenvolvimento reduziram suas tarifas médias de importação: 65% em 1980, para 30% em 2003. Isso possibilitou o aumento das exportações manufaturadas desses países, que passaram a concorrer com as exportações dos países ricos. Estes, contudo, continuaram praticando um protecionismo inconcebível, que causa um prejuízo de mais de US\$ 100 bilhões por ano para os países em desenvolvimento, correspondendo a duas vezes o valor da ajuda internacional. Contudo, as barreiras tarifárias ainda são mais altas nos próprios países em desenvolvimento.

Os países ricos podem aumentar ainda mais o protecionismo se continuarem insistindo com a harmonização institucional como pré-requisito para o acesso a mercados, em áreas como direitos de propriedade intelectual, normas de saúde, direitos trabalhistas e ambientais. Isso poderá dificultar o desenvolvimento do comércio mundial. Inversamente, a contribuição ao aumento do grau da globalização vem da redução das restrições aos investimentos estrangeiros; maior afluxo de investimentos diretos significa, também, acesso ampliado a novas tecnologias e a novos mercados. As empresas multinacionais tendem a facilitar o acesso aos mercados de seus próprios países e de terceiros mercados, onde também mantêm ramificações de seus negócios.

No terceiro capítulo é abordada a questão institucional, de seu fortalecimento e das políticas domésticas relativas à abertura ou fechamento das economias. Discutem-se a questão da criação de ambiente favorável à recepção de investimentos estrangeiros, bem como as políticas sociais, salariais e de emprego. A globalização amplia a concorrência, e muitas fábricas encerram suas atividades. Aumenta a oferta interna de produtos importados, e os preços se reduzem, assim como as margens de lucro. Por outro lado, novas tecnologias provocam *efeitos spillovers* em fun-

ção do comércio internacional e dos investimentos diretos estrangeiros; isso afeta positivamente a produtividade total dos fatores. Assim, torna-se vital criar "ambientes bons" para a atração de novos investimentos; isso inclui regulação eficiente, redução das atividades de *rent-seeking*, desburocratização, estabilidade econômico-financeira, coerência das políticas governamentais, etc. "Ambientes ruins" não atraem os investimentos estrangeiros, o que afeta negativamente o crescimento econômico e bem-estar social.

Esse capítulo mostra que, no curto prazo, os trabalhadores perdem com a abertura comercial e ganham com os investimentos diretos estrangeiros, e que no, longo prazo, eles acabam ganhando com a globalização. Assim, nas décadas de 1980 e 1990, os salários cresceram mais nos países em desenvolvimento globalizados (29%, contra 20% para os países ricos) e menos nos países não globalizados (14%). Os trabalhadores das indústrias protegidas certamente perdem, principalmente aqueles que não se adaptam aos novos tempos, sobretudo os de mais idade. Os autores salientam a importância da assistência social, porque, no curto prazo, pode haver uma proporção considerável da população atingida negativamente pela globalização. Além de considerações humanitárias, a ajuda aos pobres apresenta vantagens econômicas de estímulo ao consumo e ao crescimento, bem como facilita a aceitação das mudanças.

O capítulo quatro aborda os efeitos da globalização sobre as estruturas de poder, cultura e meio ambiente. Em uma pesquisa realizada, envolvendo 20 mil pessoas em 20 países, 50% dos indivíduos acreditavam que a globalização beneficiaria financeiramente a sua família, e um percentual um pouco maior via na globalização uma ameaça à cultura de seu país; essas pessoas temem pelo predomínio da cultura norte-americana sobre a cultura dos demais países. Além disso, percebeu-se que a globalização enfraquece os efeitos das políticas governamentais; porém enfraquece também o poder dos monopólios nacionais; há, no entanto, o perigo de *lobby* de empresas estrangeiras junto aos governos e possíveis ações de suborno a determinadas pessoas, a fim de conquistar privilégios.

Existe também a questão da produção de conhecimento. Os países em desenvolvimento querem manter parte do conhecimento como um bem público, enquanto as nações ricas desejam manter a cobrança de direitos. Com relação ao meio ambiente, a

situação mais grave é a do aquecimento global, provocado pela emissão de dióxido de carbono (CO₂), principalmente pelos países mais industrializados. Este é um problema mundial, logo deve ser tratado no contexto da globalização. Os países do G-7 são responsáveis por 70% das emissões de CO₂, com os EUA contribuindo com 25% do efeito estufa. A China é o segundo emissor, seguindo-se a União Européia, Rússia, Japão, Índia e Brasil.²

Finalmente, no quinto e último capítulo, o livro apresenta propostas de ação, visando à inclusão de todos nos benefícios da globalização. Os estudos patrocinados pelo Banco Mundial e reunidos no livro resenhado concluíram que a globalização reduziu a pobreza nos países mais globalizados e acelerou o seu crescimento econômico. No entanto, os resultados poderiam ser melhores. Existem muitas coisas a serem feitas para maior inclusão social e redução dos efeitos adversos, principalmente nos países mais pobres. Nesse sentido, sete ações foram propostas pelos autores:

1) *Promoção de "uma rodada de desenvolvimento"*, com o objetivo de facilitar o acesso a mercados pelos países em desenvolvimento que escolheram se tornar mais abertos ao comércio e aos investimentos internacionais. Isso implica a redução das barreiras não tarifárias existentes nos países ricos, bem como redução de todas as barreiras existentes entre os próprios países em desenvolvimento. Da mesma forma, os acordos comerciais não deveriam impor normas trabalhistas ou ambientais aos países pobres, deixando que eles adotem políticas próprias nesse sentido.

2) *Melhorar o ambiente dos investimentos* nos países em desenvolvimento. O livro acentua que um ambiente favorável ao investimento não é aquele cheio de incentivos fiscais e subsídios para as empresas, mas o de boa governança econômica (controle da corrupção, regulamentação adequada, burocracia moderada, cumprimento de contratos e proteção aos direitos de propriedade). Esse ambiente favorável precisaria atingir a agricultura e as pequenas empresas, sobretudo no interior das regiões e áreas rurais, onde se encontra a maioria da população pobre. O esforço precisaria envolver os agentes econômicos nacionais, regionais e locais. Nesse aspecto, salientam-se os gastos com educação pública e os estímulos para que os pais realizem investimentos na educação de seus filhos.

² Em termos *per capita*, os EUA continuam líder: 20 t anuais, seguindo-se Rússia, Japão, UE, China, Brasil e Índia.

3) *Melhorar o acesso dos pobres aos serviços*, como educação e saúde. A combinação de educação ampliada e ambiente bom para o investimento é importante para capacitar os pobres a participarem dos benefícios do crescimento econômico no contexto de uma economia aberta. Com serviços ruins, a integração internacional pode ampliar as desigualdades econômicas internas e aumentar o número da população pobre.

4) *Prestar assistência adequada ao mercado de trabalho*. É preciso ajudar os trabalhadores que se tornaram desempregados por causa da globalização, estimulando o empreendedorismo, instaurando o seguro-desemprego e melhorando a assistência médica.

5) *Ampliar a ajuda internacional* para reduzir a pobreza e criar políticas públicas sólidas locais, com responsabilidade social. Outros objetivos seriam realizar reformas, pesquisar novas formas de cultivo agrícola, vencer desafios geográficos e erradicar doenças, como a malária.

6) *Perdão de dívidas*, principalmente dos países mais pobres da África. Esse perdão de dívidas precisaria ser acompanhado de melhorias do ambiente do investimento e de serviços sociais. Os recursos para esse programa não poderiam sair dos fundos existentes para a ajuda internacional, que ainda deveriam ser ampliados para melhor atenderem aos objetivos para os quais foram criados.

7) *Meio ambiente*. As seis propostas anteriores têm como objetivo aumentar a renda e o padrão de vida das populações pobres do Terceiro Mundo. A última proposta do livro relaciona-se com a redução da emissão de gases que causam o efeito estufa e o aquecimento global. A mudança climática que está ocorrendo em nível mundial deverá prejudicar a saúde das pessoas e, se isso continuar, os efeitos poderão ser catastróficos.

Os autores temem também que a redução das barreiras ao comércio e ao investimento internacional possa ser revertida pelo protecionismo e pelo nacionalismo, como ocorreu nos anos de 1930, o que afetaria o crescimento econômico e o bem-estar da população mundial. Como isso certamente não ocorrerá, é provável que se reduzam ainda mais os custos das telecomunicações, informática e transportes, expandindo a integração dos países e proporcionando o desenvolvimento econômico de uma forma ainda mais globalizada.